

Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA

Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas
adotadas no Brasil em 30 de junho de 2020



SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL	3
NOTAS EXPLICATIVAS	9
01 CONTEXTO OPERACIONAL	9
02 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	9
03 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	13
04 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	13
05 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14
06 CRÉDITOS DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS	14
07 ADIANTAMENTOS DE PESSOAL	15
08 ESTOQUES DE MATERIAIS DE CONSUMO	15
09 IMOBILIZADO	15
10 INTANGÍVEL	16
11 FORNECEDORES	16
12 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E SOCIAIS	16
13 OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	17
14 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS E APROPRIAÇÕES DE DESPESAS DE PESSOAL POR COMPETÊNCIA	17
15 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	19
16 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19
17 CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA	19
18 DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	20
19 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	20
20 RESULTADO FINANCEIRO	21
21 SEGUROS DE RISCOS	21
22 IMPACTOS – COVID 19	21
23 EVENTOS SUBSEQUENTES	23

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 30 de junho de 2020
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Balanco Patrimonial

Ativo	Nota	30/06/2020	31/12/2019
Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	5	143.226	108.582
Créditos a Receber Curto Prazo			
Faturas e Duplicatas a Receber		71	80
Crédito de Fornecimento de Serviços	6	36.932	43.556
Contingências e apropriações por Competência	14	212.211	175.522
Adiantamentos de Pessoal	7	24.307	14.749
Créditos Tributários a Receber		5.156	-
Demais Contas a Receber		276	2.713
Adiantamentos a Fornecedores		39	2
Estoques			
Estoques Materiais de Consumo	8	32.547	18.152
Importação em Andamento		1.176	1.417
Despesas Pagas Antecipadamente			
Prêmios de Seguro a Apropriar		104	315
		456.045	365.088
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais		1.893	1.636
Contingências e apropriações por Competência	14	435.998	425.050
Demais Créditos a Receber		44	70
Imobilizado	9	943.875	923.818
Intangível	10	2.028	2.194
		1.383.838	1.352.768
Total do Ativo		1.839.883	1.717.856

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 30 de junho de 2020
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Passivo

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante			
Fornecedores	11	19.199	24.262
Obrigações Tributárias e Sociais	12	6.310	1.257
Obrigações com Pessoal	13	56.847	63.579
Contingências e apropriações por Competência a Pagar	14	212.211	175.522
Outras Obrigações		7.018	7.316
		<u>301.585</u>	<u>271.936</u>
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Subvenções e Doações para Investimentos		18.516	87
Contingências e apropriações por Competência a Pagar	14	435.998	425.050
		<u>454.514</u>	<u>425.137</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Realizado		1.163.342	1.107.523
Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital		48.466	55.820
Ajuste de Avaliação Patrimonial	15	(16.051)	(16.030)
Prejuízos Acumulados		(111.973)	(126.530)
		<u>1.083.784</u>	<u>1.020.783</u>
Total do Passivo		<u>1.839.883</u>	<u>1.717.856</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 30 de junho de 2020
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Período de 01/04/2020 a 30/06/2020	Período de 01/04/2019 a 30/06/2019	Período de 01/01/2020 a 30/06/2020	Período de 01/01/2019 a 30/06/2019
Receita Operacional Bruta		52.816	62.813	112.402	121.761
Serviços Prestados		52.816	62.813	112.402	121.761
Deduções Da Receita Bruta		(542)	(718)	(1.163)	(1.295)
PIS sobre Faturamento		(96)	(128)	(206)	(231)
COFINS sobre Faturamento		(442)	(590)	(953)	(1.064)
ISS sobre Faturamento		(4)	-	(4)	-
Receita Operacional Líquida	16	52.274	62.095	111.239	120.466
Custos Dos Serviços	17	(319.562)	(318.985)	(618.909)	(605.588)
Resultado Operacional Bruto		(267.288)	(256.890)	(507.670)	(485.122)
Despesas Operacionais		(63.546)	(62.247)	(118.261)	(113.520)
Despesas Administrativas	17	(56.310)	(53.769)	(105.662)	(101.961)
Provisão para Contingências	17	(7.236)	(8.478)	(12.599)	(11.559)
Outras Receitas e Despesas	19	3.822	2.737	8.029	5.800
Receitas		3.894	3.033	8.158	6.279
Despesas		(27)	(269)	(79)	(386)
Resultado com Baixa de Bens Imobilizados		(45)	(27)	(50)	(93)
Prejuízo Antes Do Resultado Financeiro		(327.012)	(316.400)	(617.902)	(592.842)
Resultado Financeiro	20	576	(5)	2.576	(266)
Despesas Financeiras		(347)	(800)	(915)	(1.660)
Receitas Financeiras		923	795	3.491	1.394
Resultado Antes Das Subvenções Governamentais		(326.436)	(316.405)	(615.326)	(593.108)
Subvenções do Tesouro Nacional		339.253	337.914	696.884	619.993
Repasses para Subvenções e Doações Governamentais		(19.952)	(13.751)	(83.257)	(19.452)
Reversões e Repasses Concedidos		15.310	(89)	16.233	(163)
Resultado Líquido Do Exercício		8.175	7.669	14.534	7.270

Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)

	Período de 01/04/2020 a 30/06/2020	Período de 01/04/2019 a 30/06/2019	Período de 01/01/2020 a 30/06/2020	Período de 01/01/2019 a 30/06/2019
Resultado Líquido do Exercício	8.175	7.669	14.534	7.270
Ajuste de exercícios anteriores	1	273	1	273
Realização da Avaliação Patrimonial	(184)	15	21	271
Resultado Abrangente do Exercício	7.992	7.957	14.556	7.814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações Contábeis

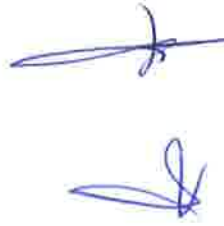
Exercício findo em 30 de junho de 2020

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Realizado	Remessa de Subvenção p/ Investimento	Ajustes da Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.003.759	103.764	(15.330)	(110.591)	981.603
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	273	273
Realização da Avaliação Patrimonial	103.764	(84.313)	(271)	271	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	-	-	-	19.451
Resultado do período	-	-	-	7.270	7.270
Saldo em 30 de junho de 2019	1.107.523	19.451	(15.601)	(102.777)	1.008.596
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.107.523	55.820	(16.030)	(126.530)	1.020.783
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	1	1
Realização da Avaliação Patrimonial	-	-	(21)	21	-
Aumento de Capital	55.819	(55.819)	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	48.466	-	-	48.466
Resultado do período	-	-	-	14.534	14.534
Saldo em 30 de junho de 2020	1.163.342	48.466	(16.051)	(111.973)	1.083.784

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 30 de junho de 2020
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	30/06/2020	30/06/2019
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	14.534	7.272
Ajustes para reconciliar o resultado	7.540	9.809
Ajustes de Exercícios Anteriores	1	273
Ajustes de Depreciação/Amortizações	12.769	9.537
Juros e Correção Monetária sobre Depósito Recursal	(26)	(26)
Variação Cambial Passiva (Importação)	138	384
Variação Cambial Ativa (Importação)	(3.034)	(380)
Baixa de Bens Imobilizados	979	2.157
Produção de Bens em Estoque	(818)	-
Reversão/Provisão p/Devedores Duvidosos	(288)	(173)
Doações de Bens Móveis	(535)	(108)
Doações de Mercadorias	(1.646)	(1.000)
Variação de Ativos e Passivos	(24.117)	(18.960)
Créditos Fornecimento Serviços (CP e LP)	6.921	(4.943)
Adiantamentos a Pessoal	(9.558)	(10.972)
Outras Contas a Receber a CP e LP	(2.730)	10.031
Depósitos Judiciais/Devedores p/Convênios	(257)	(35)
Importações em Andamento (Estoque)	241	1.665
Estoques	(11.931)	3.370
Despesas Pagas Antecipadamente	211	(83)
Fornecedores	(5.063)	(4.160)
Outras Obrigações a Pagar	(272)	918
Obrigações com Pessoal	(6.732)	(6.112)
Obrigações Sociais a Pagar	5.121	(7.635)
Obrigações Tributárias a Pagar	(67)	(1.004)
Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais	(2.045)	(1.879)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisições de Bens Imóveis	(7.713)	(19.235)
Aquisições de Bens Móveis	(19.737)	(10.167)
Aquisições de Importação em Andamento	(2.757)	(2.937)
Aquisições de Bens Intangíveis	(1)	(964)
Caixa Líquido gerado pelas atividades de investimento	(30.207)	(33.303)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Subvenções Governamentais/Receitas Diferidas	18.429	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	48.466	19.451
Caixa Líquido gerado pelas atividades de financiamento	66.895	19.451
Caixa Consumido/Adicionado no Período	34.643	(15.732)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	108.582	127.797
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	143.226	112.065
Redução/Aumento de Caixa e Equivalente de Caixa	34.643	(15.732)
Doações de Bens Móveis (Imobilizado)	(535)	(108)
Doações de Mercadorias (Estoques)	(1.646)	(1.000)
Transações Que Não Envolveram Caixa	(2.181)	(1.108)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

[Handwritten signatures and initials]

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 30 de junho de 2020
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Valor Adicionado	30/06/2020	30/06/2019
Receitas		
Prestação de Serviços	112.402	121.761
Outras Receitas	6.844	4.866
Prov. Créd. Liq. Duv. - Reversão/Constituição	269	18
	119.515	126.645
Insumos Adquiridos de Terceiros (c/ICMS e IPI)		
Custos dos Serviços Prestados (Consumo)	72.804	75.049
Serviços de Terceiros	74.593	75.585
Perda/Recuperação de Valores Ativos	130	480
	147.527	151.114
Valor Adicionado Bruto	(28.012)	(24.469)
Despesas com Depreciação/Amortização	(13.698)	(11.600)
Valor Adicionado Líq Produzido p/ Entidade	(41.710)	(36.069)
Valor Adicionado Recebido em Transferências		
Receitas Financeiras	3.492	1.394
Repasse Recebidos (-) Subvenções	613.627	600.542
Repasse Concedidos/Diferido	16.232	(162)
Receitas de Aluguéis	1.864	2.249
	635.215	604.023
Valor Adicionado Total a Distribuir	593.505	567.954
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	396.085	378.695
Benefícios	40.159	39.065
FGTS	32.288	31.735
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	108.073	107.790
Estaduais/Municipais	81	21
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Despesas Financeiras	915	1.660
Locação de Imóveis/Condomínio	350	410
Locação de Máquinas e Equipamentos	1.020	1.308
Remuneração dos Capitais Próprios		
Lucros Retidos do Exercício	14.534	7.270
Valor Adicionado Distribuído	593.505	567.954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 30 de junho de 2020

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Notas Explicativas

01 Contexto Operacional

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma empresa pública de direito privado, criado pela Lei n° 5.604, de 02 de setembro de 1970, sendo regido pelo seu Estatuto Social e caracteriza-se por ser uma Unidade Orçamentária do Ministério da Educação (MEC), com patrimônio próprio e autonomia administrativa. Vincula-se academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como apoio ao ensino e à pesquisa junto aos cursos da Faculdade de Medicina, da Escola de Enfermagem e demais cursos vinculados à área da saúde, sendo campo de aprendizado para cursos de graduação e pós-graduação.

É um Hospital Geral Universitário, que presta assistência médico-hospitalar a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), a Convênios Privados e a Pacientes Particulares.

Em 21 de novembro de 2017, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Instituição adequando-o a Lei n° 13.303 de 27 de julho de 2016 (Lei das Estatais) e ao Decreto n° 8.945 de 27 de dezembro de 2016. A partir de então, do ponto de vista organizacional, a Assembleia Geral, representada pela União, delibera sobre todos os negócios relativos ao seu objeto, sendo regido pela Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O HCPA é administrado pelo Conselho de Administração (CA), como órgão colegiado de deliberação estratégica e controle da gestão, e pela Diretoria Executiva (DE) como órgão executivo de administração e representação. O Conselho de Administração (CA) é composto por integrantes vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por membros representantes dos Ministérios da Educação (MEC), da Saúde (MS) e da Economia (ME), pela Diretora-Presidente do HCPA e por um representante dos empregados. Já a Diretoria Executiva (DE) é composta por Diretora-Presidente, Diretor-Médico e Diretor Administrativo.

Os professores da UFRGS atuam, no HCPA, na preceptoria dos programas de Residência Médica e Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (RIMS). Os funcionários são contratados sob o regime da CLT, e o Capital Social pertence integralmente à União Federal. Possui como órgão fiscalizador o Conselho Fiscal (CF), composto por dois membros do Ministério da Educação (MEC) e um membro representante do Ministério da Economia (ME).

02 Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

(a) Base de Preparação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e atendem às disposições contidas na legislação societária (Lei 6.404/76 e alterações subsequentes, incluindo a Lei n° 11.638/07), nas Normas Brasileiras de Contabilidade, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal, no qual o HCPA aderiu em 01 de janeiro de 1992, na forma da Lei n° 4.320/64.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. Sendo assim, essa demonstração faz parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela entidade, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a



Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 30 de junho de 2020

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios; (vi) as contas do imobilizado e do patrimônio líquido encontram-se corrigidas até 31 de dezembro de 1995 conforme dispõe o artigo 4º da Lei nº 9.249/95.

As Demonstrações Contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de todo o Ativo Imobilizado.

As demonstrações foram autorizadas na reunião da Diretoria Executiva do dia 4 de setembro de 2020.

(b) Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

Não houve novos pronunciamentos ou interpretações vigentes que pudessem ter impacto significativo nas políticas e nas Demonstrações Contábeis.

Com relação à NBC TG 06, a qual estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019, a instituição avaliou cada um dos contratos atualmente vigentes. Optou-se pela não realização do registro contábil dos contratos caracterizados como arrendamento em função do custo incorrido para fornecimento da informação comparado aos benefícios proporcionados, conforme prevê a Resolução CFC N.º 1.374/11.

(c) Operações com Moeda Estrangeira

As operações de importação realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Real – R\$) mediante a utilização das taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil-BACEN e pela Receita Federal do Brasil- RFB. Os ganhos e perdas com variação cambial na aplicação das taxas de câmbio sobre os ativos e passivos são apresentados na Demonstração do Resultado como Receitas e Despesas Financeiras.

(d) Instrumentos Financeiros

A Instituição classifica seus ativos financeiros não derivativos sob a categoria de recebíveis, reconhecidos inicialmente na data em que foram originados, pelo valor justo e após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. São apresentados como Ativo Circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como Ativos Não Circulantes).

Os recebíveis da Instituição compreendem: caixa e equivalentes de caixa, crédito de fornecimento de serviços, recursos para provisões de contingências e apropriações por competência de despesas com pessoal e demais contas a receber. A Instituição não possui ativos financeiros mantidos para negociação, ativos disponíveis para venda e operações em derivativos.

A Instituição reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Instituição tem como passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

(e) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os ativos classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, depósitos em poupança, investimentos de curto prazo de alta liquidez e rendimentos diários, com risco insignificante de mudança de valor.

(f) Estoques de Material de Consumo

Os estoques de materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado. As importações em andamento estão registradas pelos custos incorridos apropriados até 30 de junho de



Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 30 de junho de 2020

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

2020. No estoque não constam itens com custo superior ao valor realizável líquido. As perdas de estoque são reconhecidas como despesa do exercício em que ocorrem.

(g) Depósitos Judiciais

Os Depósitos Judiciais estão compostos de valores recursais vinculados a causas trabalhistas corrigidos até 30 de junho de 2020. Os recursos vinculados aos processos trabalhistas, depositados na Caixa Econômica Federal, são atualizados pelo coeficiente de remuneração das contas do FGTS, enquanto que os depositados no Banco do Brasil são atualizados pela taxa de juros remuneratória da poupança. Os depósitos recursais referentes a processos trabalhistas são pagos com recursos próprios. Quando da execução do processo, se o desfecho for a favor do reclamante, a Instituição quita a dívida com recursos recebidos do Tesouro Nacional e o valor do depósito existente é restituído ao HCPA, devidamente corrigido.

(h) Imobilizado e Intangível

O Imobilizado e o Intangível são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação ou amortização acumulada. Os terrenos não são depreciados. O custo dos bens constantes no Patrimônio e nas Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2009 foi ajustado conforme laudo de empresa especializada, contratada para refletir o custo atribuído aos bens do permanente. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do Ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando esses custos adicionais puderem ser mensurados com segurança e quando dos quais espera-se benefícios econômicos futuros. Os valores contábeis de itens ou peças substituídas são baixados. Os gastos com reparos e manutenções possuem como contrapartida o resultado do exercício, quando incorridos.

Para que não haja perda do custo histórico, a depreciação ou amortização nas Demonstrações Contábeis está demonstrada pelo valor acumulado, desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010.

As depreciações e amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os seus custos durante a vida útil estimada, como demonstrado a seguir:

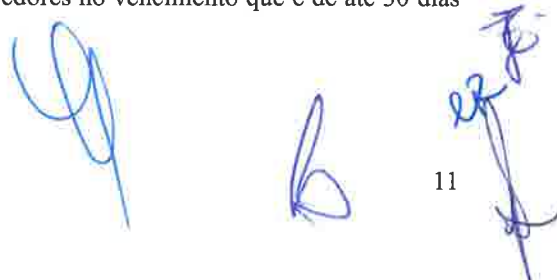
	VIDA ÚTIL ESTIMADA
Edificações (Prédios)	De 40 anos a 100 anos
Máquinas e Equipamentos	De 04 anos a 10 anos
Maquinas de Processamento de Dados	De 06 anos a 10 anos
Móveis, Utensílios Diversos.	De 06 anos a 10 anos
Veículos	De 03 anos a 10 anos
Intangível – Software	05 anos

(i) Impairment de Ativos não Financeiros

A Administração do HCPA revisa anualmente o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado mantido e utilizado nas operações, por meio de avaliações internas à entidade, as quais objetivam identificar indícios de desvalorização de um ativo ou grupo de ativos, conforme fontes externas e internas de informação.

(j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações assumidas pelas compras de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidas pelo valor justo e classificadas como passivos circulantes, pois a Instituição tem por prática o pagamento dos fornecedores no vencimento que é de até 30 dias após a certificação do serviço prestado ou bem adquirido.





Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 30 de junho de 2020

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(k) Obrigações Tributárias

Na conta Obrigações Tributárias, são registrados os tributos federais PIS e COFINS incidentes sobre receitas próprias e os valores retidos dos fornecedores, referentes a tributos municipais incidentes sobre serviços prestados na sede da Instituição, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e Leis federais incidentes sobre bens ou serviços fornecidos conforme IN/RFB nº 1.234 de 11/01/2012 e IN/RFB nº 971 de 2009. A Instituição goza de isenção dos demais tributos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970.

(l) Benefícios a Empregados

A Instituição possui plano de benefícios a empregados, como auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, auxílio alimentação, entre outros, que são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorre a prestação do serviço ao empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de aposentadoria complementar.

(m) Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis, tributárias e outras) são reconhecidas quando: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O valor das ações cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica do HCPA, é considerada possível é de: R\$ 23.481 Cíveis, R\$ 120.291 Trabalhistas e R\$ 1.258 Tributárias, totalizando R\$ 145.030.

Os valores estimados das causas trabalhistas e ainda não depositados são inscritos em Recursos a Receber já que esta despesa é coberta por recursos repassados pelo Tesouro Nacional.

(n) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Instituição.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos, dos descontos, dos ajustes da receita referentes à dedução dos repasses financeiros recebidos da União para investimento e contabilizada independentemente de seu efetivo recebimento.

(o) Serviços Prestados

Todos os serviços prestados pela Instituição, ao Sistema Único de Saúde (SUS), a convênios privados, particulares, pesquisas e ensino, estão contabilizados na competência em que o fato gerador ocorreu e pelo seu valor bruto.

(p) Repasses Financeiros Recebidos

Esta rubrica representa os valores descentralizados pelo MEC para cobrir despesas com folha de pagamento de pessoal, encargos sociais, benefícios, financiamento do Tempo de Serviços Passado / Previdência Complementar, Investimentos (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital) entre outras despesas. Inclui,

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 30 de junho de 2020
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

também, as descentralizações de recursos repassados pelo MEC e por outros órgãos através de convênios para cobrir despesas de capital e custeio e as transferências de recursos por empresas privadas, para realização de projetos específicos.

(q) Receitas Financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, a instituição reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

(r) Custos dos Serviços e Despesas Administrativas

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com sistema de apuração de custos contábeis, que considera a seguinte premissa de cálculo: a análise é feita por grupos de centros de custos agrupados por áreas afins.

Os valores dos custos diretos são distribuídos em: pessoal, material, depreciação, serviços, água, energia e telefone. Não são considerados os grupos de centro de custos referentes aos complementos patrimoniais, custos não operacionais e obras em andamento.

Na determinação do resultado do exercício foram computados os custos e as despesas pagos ou incorridos correspondentes às receitas de serviços reconhecidas no exercício.

(s) Publicação da Concessão de Suprimento de Fundos

Atendendo o Princípio da Publicidade previsto no art. 37 da Constituição Federal e art. 3º da Lei nº 8.666/93 (item 9.1.10 do relatório de Auditoria - Acórdão/TCU nº 1276/2008), o ato de concessão de suprimento de fundos é divulgado em meio eletrônico no seguinte endereço eletrônico: www.hcpa.edu.br e intranet.

03 Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados baseando-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, políticas governamentais, orientações dos Órgãos Setoriais de Controle do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), assim como da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), e demais fatores considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em diversas premissas, a Instituição faz estimativas com relação ao futuro resultantes de um orçamento econômico, continuamente acompanhado pela Coordenadoria de Gestão Financeira e pela Diretoria Executiva do HCPA.

As Demonstrações Contábeis incluem, portanto, várias estimativas, dentre elas: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, redução do valor recuperável de ativos, entre outras.

04 Gestão de Risco Financeiro

(a) Risco de Liquidez

O risco da Instituição não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros é administrado através do monitoramento das previsões de um fluxo orçamentário/financeiro realizado pela Coordenadoria de Gestão Financeira. A este departamento compete assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, obedecendo às leis vigentes e assegurando que haja empenho prévio para



Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 30 de junho de 2020

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

os compromissos assumidos dentro dos recursos orçamentários previstos. A realização de despesas com recursos diretamente arrecadados é efetivada após o recebimento efetivo dos mesmos.

(b) Risco de Crédito

Os riscos de crédito da Instituição, decorrentes de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, valores a receber do Tesouro Nacional e dos clientes de convênios e particulares, são mínimos e administrados corporativamente.

A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Os recursos oriundos do Tesouro Nacional são deliberados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e fixados pela Lei Orçamentária Anual e suas regulamentações.

No exercício de 2020 os recursos orçamentários foram fixados pela Lei 13.978, de 17 de janeiro de 2020.

(c) Estimativa do Valor Justo

Os saldos das Contas a Receber dos Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores estão próximos de seus valores justos.

A Instituição aprovou no Conselho de Administração, na reunião n° 444, realizada em 16 de dezembro de 2019, as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) relativos a perdas prováveis (*impairment*) de Contas a Receber de Clientes, utilizando como critério as contas não recebidas e vencidas há pelo menos seis (6) meses, acrescido de uma análise técnica qualitativa de cada devedor.

Os Estoques garantem 56 dias de utilização, com os preços médios devidamente de acordo com o mercado. O volume dos estoques decorre muitas vezes da política governamental orçamentária de cada exercício.

05 Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa	15	14
Conta Corrente/Bancos	1.161	1.654
Depósitos Bancários de Curto Prazo	15.837	12.826
Conta Limite de Saque	126.213	94.088
Saldo Contábil	<u>143.226</u>	<u>108.582</u>

A conta limite de saque é composta pelo saldo dos recursos públicos vinculados a convênios ou recursos especiais que não podem ser aplicados em Fundos de Curto Prazo. Estes recursos estão disponíveis para pagar despesas de capital ou de custeio.

06 Créditos de Fornecimento de Serviços

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Sistema Único de Saúde (SUS)	30.290	33.518
Convênios Privados	12.312	15.117
Clientes Particulares	2.363	2.292
Créditos Diversos	1.300	2.250
Subtotal	<u>46.265</u>	<u>53.177</u>
Perdas Estimadas Créditos Liquid. Duvidosa – PECLD	<u>(9.333)</u>	<u>(9.621)</u>
Valor Líquido a Receber	<u>36.932</u>	<u>43.556</u>

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 30 de junho de 2020

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Estes créditos correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Instituição. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD" ou "Impairment").

07 Adiantamentos de Pessoal

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Décimo Terceiro Salário	21.452	7.295
Férias	2.753	7.444
Outros Adiantamentos Concedidos a Pessoal	102	10
Saldo Contábil	<u>24.307</u>	<u>14.749</u>

Por ocasião do pagamento das férias de pessoal, é norma da Instituição adiantar 50% do décimo terceiro salário do exercício de competência. O saldo do adiantamento de décimo terceiro salário refere-se ao exercício de 2020, enquanto que o saldo de férias refere-se ao pagamento em junho relativo à competência julho de 2020.

08 Estoques de Materiais de Consumo

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Medicamentos	9.565	4.646
Material Médico, Hospitalar e Laboratorial	15.048	6.778
Material de Órtese e Prótese	2.426	2.444
Materiais e Utensílios	593	520
Rouparia (uniformes)	1.266	1.189
Higiene, Limpeza, Segurança, Proteção	836	281
Material Expediente/Informática/Gráfica	304	327
Combustíveis, Lubrificantes, Gases	69	58
Materiais Engenharia/Ferramentas/Elétrico/Predial	2.439	1.909
Saldo Contábil	<u>32.547</u>	<u>18.152</u>

Os estoques representam os materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição. São avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado.

09 Imobilizado

	<u>Tx.%</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Edifícios [2]	1	729.367	(64.864)	664.503	158.850
Terrenos		68.786	-	68.786	68.786
Obras em Andamento [1]		101.898	(9.078)	92.820	594.956
Bens Móveis e Máquinas	10 a 20	236.945	(148.254)	88.691	77.867
Informática	20 a 50	27.169	(18.246)	8.924	8.818
Veículos Diversos	10 a 20	1.004	(877)	127	168
Subtotal Imobilizado		<u>1.165.170</u>	<u>(241.319)</u>	<u>923.851</u>	<u>909.445</u>
Bens Móveis em Andamento		20.024	-	20.024	14.373
Saldo Contábil		<u>1.185.194</u>	<u>(241.319)</u>	<u>943.875</u>	<u>923.818</u>

[1] O saldo de obras em andamento está acrescido de benfeitorias em prédios de terceiros, estudos e projetos e instalações, razão pelo qual há depreciação.

[2] Em abril de 2020 houve o encerramento das obras dos Blocos B e C, transferindo o saldo contábil das rubricas de Obras em Andamento para Edifícios.

O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os terrenos não são depreciados. A depreciação está demonstrada pelo valor acumulado da data do início da operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 30 de junho de 2020

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

As depreciações são calculadas usando o método linear, considerando o valor residual e os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

	Custo 01/01/2020	Aquisições	Transferências	Baixas	Custo 30/06/2020
Edifícios	220.044	-	509.323	-	729.367
Terrenos	68.786	-	-	-	68.786
Obras em Andamento	603.508	7.803	(509.323)	(90)	101.898
Bens Móveis e Máquinas	218.480	19.174	-	(709)	236.945
Informática	26.314	1.008	-	(152)	27.170
Veículos Diversos	1.031	-	-	(27)	1.004
Total Imobilizado	1.138.163	27.985	-	(978)	1.165.170

10 Intangível

	Tx %	Custo	Amortização	30/06/2020	31/12/2019
Software	20 a 50	8.495	(6.467)	2.028	2.194
Saldo Contábil		8.495	(6.467)	2.028	2.194

O Intangível é mensurado pelo seu custo histórico, menos a amortização acumulada. A amortização está demonstrada pelo valor acumulado desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da amortização do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

11 Fornecedores

	30/06/2020	31/12/2019
Barrfab Industria Comercio Importação E Exportação	1.542	1.542
Unimed	1.085	3.506
Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda	790	385
Cirúrgica Santa Cruz	624	153
Capgemini Brasil S/A	354	676
Demais Fornecedores	14.804	18.000
Saldo Contábil	19.199	24.262

12 Obrigações Tributárias e Sociais

	30/06/2020	31/12/2019
Tributos Federais e Municipais retidos de Fornecedores	886	912
COFINS sobre Faturamento	127	157
PIS sobre Faturamento	25	36
Obrigações Tributárias	1.038	1.105
Obrigações Sociais	5.272	152
Obrigações Sociais	5.272	152
Saldo Contábil	6.310	1.257

Na conta Obrigações Tributárias são registrados os impostos federais PIS e COFINS e os valores retidos de fornecedores, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e IN/RFB nº 1.234 ou de 30/01/2012 e IN/RFB nº 971 de 2009. Todos os valores retidos dos fornecedores são recolhidos aos cofres públicos por ocasião do pagamento ao fornecedor. A Instituição goza de isenção de impostos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970.

Na conta Obrigações Sociais, o saldo de FGTS referente ao mês de junho de 2020 permaneceu em aberto, sendo efetivamente recolhido no primeiro dia útil do mês seguinte.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 30 de junho de 2020
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

13 Obrigações com Pessoal

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Salários, Remuneração e Benefícios	44.469	51.529
Previdência e Assistência Médica	4.982	7.488
Empréstimos e Financiamentos	3.265	3.192
Outras Despesas de Pessoal	4.131	1.370
	<u>56.847</u>	<u>63.579</u>

Compõe o saldo de obrigações com pessoal o valor referente à folha de pagamento de junho de 2020. Em contrapartida, encontram-se depositados na conta única os recursos financeiros para o seu pagamento. Isso se deve à mudança de critério nos pagamentos via SIAFI, uma vez que ocorreu a migração para o novo sistema em que as Ordens Bancárias são efetivadas quando da sua assinatura pelo ordenador de despesa, ou seja, a compensação ocorreu no primeiro dia útil de julho de 2020.

14 Contingências Passivas e Apropriações de Despesas de Pessoal por Competência

	<u>30/06/2020</u>		<u>31/12/2019</u>
	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>
Contingências (a)	13.029	423.527	436.556
Férias a Pagar (b)	103.081	-	103.081
Décimo Terceiro a Pagar (c)	33.271	-	33.271
Licença Especial (c)	59.014	-	59.014
Tempo de Serviço Passado TSP (e)	3.816	12.471	16.287
Saldo Contábil	<u>212.211</u>	<u>435.998</u>	<u>648.209</u>

A Instituição registra no ativo o direito a receber relativo aos recursos para cobertura das provisões de despesas com pessoal e contingências passivas, recursos que provêm do Tesouro Nacional.

Os recursos a receber, bem como os valores a pagar e provisões relacionadas estão mensurados pelo valor presente dos gastos, conforme segue:

(a) Contingências

	<u>30/06/2020</u>		<u>31/12/2019</u>
	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>
Contingências Trabalhistas	11.770	402.821	414.591
Contingências Cíveis	1.259	19.512	20.771
Contingências Tributárias	-	1.194	1.194
Saldo de Contingências	<u>13.029</u>	<u>423.527</u>	<u>436.556</u>

São reconhecidas como contingências as ações judiciais, classificadas como perdas prováveis. Desta forma, as contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) seguem os seguintes critérios para contabilização: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.







Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 30 de junho de 2020
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
(b) Férias a Pagar		
Férias		
Saldo Inicial	75.298	71.962
Baixas	(9.839)	(71.178)
Apropriações	10.299	74.514
Total de Férias	75.758	75.298
Encargos Sobre Férias		
Saldo Inicial	28.100	25.537
Baixas	(3.667)	(25.771)
Apropriações	2.890	28.334
Total de Encargos sobre Férias	27.323	28.100
Saldo de Férias a Pagar	103.081	103.398
(c) Décimo Terceiro a Pagar		
Décimo Terceiro		
Saldo Inicial	-	-
Baixas	(2)	-
Apropriações	24.453	-
Total de Décimo Terceiro	24.451	-
Encargos Sobre Décimo Terceiro		
Saldo Inicial	-	-
Baixas	(1)	-
Apropriações	8.821	-
Total de Encargos Décimo Terceiro	8.820	-
Saldo de Décimo Terceiro a Pagar	33.271	-
(d) Licença Especial		
Licença Especial		
Saldo Inicial	39.850	38.324
Baixas	(302)	(6.453)
Apropriações	3.842	7.979
Total de Licença Especial	43.390	39.850
Encargos Sobre Licença Especial		
Saldo Inicial	14.843	14.190
Baixas	(641)	(2.396)
Apropriações	1.422	3.049
Total de Encargos sobre Licença Especial	15.624	14.843
Total de Licença Especial a Pagar	59.014	54.693

(e) Tempo de Serviço Passado (TSP)

O HCPA possui financiamento com o Banco do Brasil para pagamento do plano de Previdência Privada - TSP - a ser amortizado em 164 parcelas mensais a partir de 01 de junho de 2010, atualizadas pelo INPC com juros mensais de 0,4868%. Por ser, este valor, pago com Recursos do Tesouro Nacional possui, também, registro em Direitos a Receber no Ativo. O valor correspondente a doze prestações está registrado no Ativo e Passivo Circulante e as demais prestações estão registradas no Ativo e Passivo Não Circulante.



Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 30 de junho de 2020

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

15 Ajuste de Avaliação Patrimonial

A partir da competência 2010, na medida em que o valor dos bens, objetos do ajuste de avaliação patrimonial, são depreciados, amortizados ou baixados em contrapartida ao resultado, simultaneamente, o mesmo valor é transferido da conta de ajuste de avaliação patrimonial para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo inicial	(16.030)	(15.329)
Recomposição pela Baixa ou Depreciação de Bens	(423)	(1.191)
Reversão de Menos-Valia	402	490
Saldo final	<u>(16.051)</u>	<u>(16.030)</u>

Os valores revertidos de Menos-Valia, de R\$ 402 e R\$ 490 (respectivamente 30/06/2020 e 31/12/2019), referem-se à reversão do valor de menos-valia (reavaliação negativa) incidente sobre bens patrimoniais com saldo residual, em 2010, insuficiente para o seu registro. Este ajuste recompôs o saldo do Imobilizado e da Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido.

16 Receita Operacional Líquida

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Serviços Prestados		
Sistema Único de Saúde – SUS	83.873	87.388
Convênios	23.290	28.893
Particulares	2.343	2.853
Pesquisas e Análises	2.536	2.217
Outros Serviços	360	410
Total de Serviços Prestados	<u>112.402</u>	<u>121.761</u>
Deduções da Receita Bruta		
PIS sobre Faturamento	(206)	(231)
COFINS sobre Faturamento	(953)	(1.064)
ISS sobre Faturamento	(4)	-
Total das Deduções da Receita Bruta	<u>(1.163)</u>	<u>(1,295)</u>
Receita Líquida Operacional	<u>111.239</u>	<u>120.466</u>

A apresentação do Demonstrativo de Resultado do Exercício está adequada à estrutura da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). Desta forma, os repasses recebidos não compõem o grupo de receitas operacionais, sendo apresentados separadamente na Demonstração do Resultado do Exercício.

17 Custos dos Serviços e Despesas Operacionais por Natureza

			<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
	<u>Custo dos</u>	<u>Despesas</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
	<u>Serviços</u>	<u>Operacionais</u>		
Salários e Encargos	457.046	78.070	535.116	517.615
Benefícios de Pessoal	34.308	5.851	40.159	39.065
Consumo de Materiais	61.509	10.478	71.987	74.194
Depreciações/Amortizações	11.695	2.003	13.698	11.600
Despesas com Serviços PF e PJ	54.351	9.260	63.611	65.075
Subtotais	<u>618.909</u>	<u>105.662</u>	<u>724.571</u>	<u>707.549</u>
Provisões de Contingências e Pessoal	-	12.599	12.599	11.558
Saldo Contábil	<u>618.909</u>	<u>118.261</u>	<u>737.170</u>	<u>719.108</u>



Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 30 de junho de 2020

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com o sistema de apuração de custos contábeis. Os valores dos custos diretos são distribuídos em: pessoal, material, depreciação, serviços, água, energia e telefone. Não são considerados os grupos de centro de custos referentes aos complementos patrimoniais, custos não operacionais e obras em andamento.

Na determinação do resultado do exercício foram computados os custos e despesas pagos ou incorridos os quais correspondem às receitas de serviços reconhecidas no exercício.

18 Despesas de Benefícios a Empregados

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Assistência Médica	5.307	722
Vale Transporte	1.903	16.656
Auxílio Creche	685	1.827
Auxílio Alimentação	17.199	5.527
Previdência Privada	15.065	14.334
Saldo Contábil	<u>40.159</u>	<u>39.066</u>

Representa os benefícios a empregados, que são reconhecidos no resultado do período em que ocorre a prestação do serviço do empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de previdência privada de aposentadoria complementar.

19 Outras Receitas e Despesas

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Outras Receitas		
Aluguéis	1.864	2.249
Receitas de Leilões	25	12
Reversão de PECLD	269	18
Doações de Estoque e Uso Permanente	2.181	1.109
Contrato de Prestação de Serviços	1.339	1.272
Indenizações e Restituições	2.480	1.618
Total de Outras Receitas	<u>8.158</u>	<u>6.278</u>
Outras Despesas		
Outros Decrécimos	(80)	(386)
Resultado com Baixa de Bens		
Valor Bruto de Baixa de Bens	(50)	(93)
Baixa de Bens e Outras Despesas	<u>(130)</u>	<u>(479)</u>
Saldo de Outras Receitas e Despesas	<u>8.028</u>	<u>5.799</u>


 20



Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 30 de junho de 2020
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

20 Resultado Financeiro

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Receita Financeira		
Remuneração de Depósitos	304	865
Juros e Multas Previstos em Contratos	127	123
Variação Cambial e Monetária Ativa	3.060	406
Total Receita Financeira	<u>3.491</u>	<u>1.394</u>
Despesa Financeira		
Juros sobre TSP e Multas	(513)	(701)
Variação Cambial	(402)	(959)
Total Despesa Financeira	<u>(915)</u>	<u>(1.660)</u>
Saldo Contábil	<u><u>2.576</u></u>	<u><u>(266)</u></u>

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

21 Seguros de Riscos

Incêndio Vultoso e Riscos Nomeados:

A cobertura garante o pagamento de indenização pelos prejuízos de incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e outros riscos nomeados na apólice para os imóveis, construções em andamento, instalações, mercadorias, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e bens de terceiros em poder do HCPA. A importância segurada é de R\$ 729.427 e a vigência da apólice é de 01 de junho de 2019 a 01 de setembro de 2020. Após essa data, o valor segurado será de R\$ 737.474 com empresa AIG Seguros Brasil S.A.

Responsabilidade Civil:

Cobertura garantindo pagamento de indenização de Responsabilidade Civil com vigência de 01 de setembro de 2019 a 01 de setembro de 2020. A importância segurada é de R\$ 13.277.

22 Impactos – COVID 19

Em função da pandemia do novo Coronavírus, declarada em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde, em 13 de março de 2020 o HCPA recebeu, por meio da Medida Provisória nº 924 (Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus) crédito extraordinário no montante de R\$ 57 milhões para custeio e investimento, com o objetivo de instalação de 105 leitos de terapia intensiva.

Até 30 de junho de 2020, a instituição havia empenhado R\$ 49.452. Deste montante, R\$ 30.403 já estavam liquidados e R\$ 30.363 já haviam sido pagos a fornecedores para cobertura de despesas de custeio e investimentos. A Medida Provisória deixou de ter validade em 31 de julho de 2020, portanto o HCPA devolveu o montante de R\$ 6.344 devido à dificuldade de entrega de itens dentro do prazo previsto para utilização do recurso.

Adicionalmente, por meio da Portaria nº 8767 do Ministério da Economia, de 30 de março de 2020, foi autorizada, por até 2 (dois) anos, a contratação temporária de 775 profissionais para atendimento aos leitos criados para pacientes da Covid-19.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 30 de junho de 2020

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

A instalação dos 105 leitos críticos previstos para atendimento a casos graves de covid-19 foi concluída em 05 de agosto de 2020, com a implantação do novo Centro de Terapia Intensiva (CTI) no Bloco B, um dos prédios novos concluídos no final de 2019. Essa instalação ocorreu por módulos desde o início da pandemia. Naquela data também já somavam 693 profissionais temporários contratados para as vagas liberadas, além da convocação de voluntários para diversas atividades.

Até 30 de junho de 2020, a Instituição havia atendido mais de 1.800 pacientes suspeitos de Covid-19 na sua emergência, mais de 1.080 pacientes foram internados na enfermaria e mais de 460 pacientes foram internados na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI).

Na data-base dessas demonstrações, os principais impactos nas contas contábeis ocorreram nos saldos dos seguintes grupos:

	Nota Explicativa	30/06/2020	31/12/2019	
Conta Limite de Saque	05	126.213	94.088	(a)
Convênios Privados	06 e 16	12.312	15.117	(b)
Sistema Único de Saúde	06 e 16	30.290	33.518	(b)
Estoques de Materiais de Consumo	08 e 17	32.547	18.152	(c)
Bens Móveis e Máquinas	09	88.690	77.867	(d)
Doações de Estoque e Uso Permanente	19	2.181	1.109	(e)

- (a) Em 30/06/2020 a Instituição possuía o montante de R\$ 44.321 depositados na conta única referente a recursos financeiros recebidos para atendimento na pandemia. Deste montante, o valor de R\$ 29.201 refere-se à Medida Provisória nº 924;
- (b) A redução no saldo a receber de convênios privados deve-se ao faturamento ter registrado o pior desempenho dos últimos 05 anos, ficando em torno de 30% abaixo da meta prevista para 2020. Além da redução da chegada de pacientes aos serviços de saúde em geral, o HCPA precisou reduzir os atendimentos eletivos, especialmente os cirúrgicos, ocupando os leitos de convênios para pacientes SUS. Já a redução no saldo a receber referente ao faturamento do SUS ocorreu principalmente pela suspensão ou transferência de atendimentos, especialmente de transplantes e redução de procedimentos com verbas do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC. Todas essas adequações foram necessárias devido à previsão no plano de contingência do HCPA;
- (c) O saldo dos estoques teve aumento de 79% no semestre, principalmente nas categorias de medicamentos e material médico, hospitalar e laboratorial, como forma de proteção à eventual escassez de itens essenciais no mercado. Apesar da queda na produção das internações, cirurgias, consultas e exames, o consumo de materiais no semestre permaneceu estável quando comparado com o mesmo período no ano anterior. Ainda, de 31 de março a 30 de junho de 2020, período de maior enfrentamento à pandemia, o consumo de materiais de proteção dedicados à prevenção do Covid-19 aumentou 831% em relação ao mesmo período de 2019. Esse incremento foi de R\$ 1.380.
- (d) Os Bens Móveis e Máquinas tiveram aumento líquido da depreciação de R\$ 10.823, em virtude de bens adquiridos com recursos recebidos pela Medida Provisória nº 924;
- (e) Os valores recebidos em doações para o atendimento da pandemia somam, até 30 de junho de 2020, R\$ 2.181.

Devido aos impactos já mensurados com a redução na taxa de ocupação dos leitos, estima-se, por enquanto, redução de 35% no faturamento de contas hospitalares para convênios e particulares no exercício de 2020, além de aumento no consumo de materiais e gastos com prestação de serviços de terceiros não previstos inicialmente no fluxo orçamentário financeiro.

12
 22

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 30 de junho de 2020

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

23 Eventos Subsequentes

De 30 de junho de 2020 e até a data do fechamento das demonstrações contábeis, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.



Prof. Milton Berger
Diretor Médico



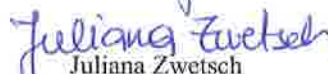
Prof. Nadine Oliveira Clausell
Diretora-Presidente



Me. Jorge Luis Bajerski
Diretor Administrativo



Luciana Raupp Rios Wohlgemuth
Coordenadora Contábil - CRC/RS nº 69.663



Juliana Zwetsch
Contadora - CRC/RS nº 81.901



Russell Bedford

taking you further

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

**Administradores e aos Conselheiros do
HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE - HCPA
Porto Alegre – RS**

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias do HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Trabalhos de Revisão das Demonstrações Contábeis). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE, em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Russell Bedford

taking you further

Ênfase

Efeitos da COVID-19

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 22, de que em função da pandemia do novo Coronavírus, declarada em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde, em 13 de março de 2020 o HCPA recebeu, por meio da Medida Provisória nº 924 (Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus) crédito extraordinário no montante de R\$ 57 milhões para custeio e investimento, com o objetivo de instalação de 105 leitos de terapia intensiva. Até 30 de junho de 2020, a instituição havia empenhado R\$ 49.452. Deste montante, R\$ 30.403 já estavam liquidados e R\$ 30.363 já haviam sido pagos a fornecedores para cobertura de despesas de custeio e investimentos. A Medida Provisória deixou de ter validade em 31 de julho de 2020, portanto o HCPA devolveu o montante de R\$ 6.344 devido à dificuldade de entrega de itens dentro do prazo previsto para utilização do recurso. Adicionalmente, por meio da Portaria nº 8767 do Ministério da Economia, de 30 de março de 2020, foi autorizada, por até 2 (dois) anos, a contratação temporária de 775 profissionais para atendimento aos leitos criados para pacientes da COVID-19. Até 30 de junho de 2020, a Instituição havia atendido mais de 1.800 pacientes suspeitos de COVID-19 na sua emergência, mais de 1.080 pacientes foram internados na enfermaria e mais de 460 pacientes foram internados na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI). Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.



Russell Bedford

taking you further

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A administração do HCPA decidiu apresentar essa demonstração como informação suplementar às IFRS e legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi adequadamente elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 4 de setembro de 2020.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/0-O "T" SP

**ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091**

Assinado de forma digital por
ROGER MACIEL DE

OLIVEIRA:90238435091

Dados: 2020.09.15 13:07:49 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico